

Acta nº 01 - Reunião ordinária da Câmara Municipal de Pombal, celebrada em nove de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito._____

_____Aos nove dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, além do Senhor Presidente, Engenheiro Narciso Ferreira Mota, os Vereadores Senhores Dra. Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Dr. Carlos Alberto Rodrigues dos Santos da Silva, Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Dr. Joaquim António dos Santos Guardado e Dr. Carlos José Martins Pires Lopes, comigo Maria Albina Junqueira dos Santos Lopes, Chefe de Secção._____

_____Encontravam-se também presentes os funcionários Chefe de Divisão de Urbanismo, Arquitecto Celestino Ferreira da Mota e o Chefe de Divisão de Obras Públicas, Engenheiro Abel Fernando de Meneses Moutinho._____

_____O Senhor Presidente da Câmara deu as boas vindas aos Senhores Vereadores que iniciam o novo mandato desejando-lhes as maiores felicidades no desempenho do cargo que agora ocupam._____

_____O Vereador Senhor Dr. Joaquim Guardado cumprimentou os presentes desejando-lhes as maiores venturas. Disse que a posição dos Senhores Vereadores eleitos nas listas do Partido Socialista será de apoio quanto ao desenvolvimento do Concelho e de crítica, mas de crítica construtiva quando estiver em causa esse mesmo desenvolvimento, defendendo o bem estar dos munícipes em geral e que como Pombalenses que são, querem o melhor para a sua terra._____

_____Depois do Senhor Presidente ter declarado aberta a reunião, foram tratados os seguintes assuntos:_____

Resumo Diário da Tesouraria._____

_____A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia oito de Janeiro, corrente:_____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____Da conta do Município, que apresenta um saldo em dinheiro de onze milhões oitocentos e onze mil novecentos e dois escudos e cinquenta centavos._____

_____Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo em dinheiro de sessenta milhões cinquenta e quatro mil cento e oitenta e sete escudos e cinquenta centavos._____

Pagamentos efectuados entre os dias vinte e três e trinta e um de Dezembro do ano findo.

_____Foram feitos:_____

_____Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de 203.974.469\$50._____

_____Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de 7.437.255\$00._____

_____A Câmara ficou inteirada. _____

Comunicação de actos praticados no uso de delegação e subdelegação de competências._____

_____A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre vinte e três de Dezembro, último e oito de Janeiro, corrente, inclusivé, foram praticados actos de acordo com as relações que se anexam e dão como reproduzidas, respeitantes a:_____

_____63 licenças de obras;_____

_____8 licenças para destruição de revestimento vegetal;_____

_____8 horários de funcionamento de estabelecimentos._____

_____A Câmara ficou inteirada._____

Acta nº. 1 de 98.01.09

**Licenciamentos de Obras Particulares/
Ratificação.**_____

_____1 - O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que ao abrigo do nº. 3 do artº. 53º. da Lei 18/91, de 12 de Junho, houve necessidade urgente de proceder ao despacho de aprovação de arquitectura, respeitante à construção de um recinto Polidesportivo, no lugar de Outeiro da Ranha, freguesia de Vermoil, deste Concelho, em que é requerente a Associação Desportiva da Ranha, a que se refere o processo de obras nº. 1877/RC/97._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente, _____exarado em 31 de Dezembro, do ano findo._____

_____2 - O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que ao abrigo do nº. 3 do artº. 53º. da Lei 18/91, de 12 de Junho, houve necessidade urgente de proceder ao despacho de aprovação de arquitectura, respeitante à legalização da obra - alteração do telhado do edifício sede da Associação Recreativa de Alto dos Crespos, a que se refere o processo de obras nº. 1385/RC/96._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente, _____exarado em 31 de Dezembro, do ano findo._____

**ETAP - Escola Tecnológica e Artística de
Pombal - Procº nº 45/97 - Abertura de
Propostas.**_____

_____O Senhor Presidente deu início ao acto público do concurso da empreitada mencionada em epígrafe, cujo prazo expirou em 29 de Dezembro, último. Tratando-se de um concurso público começou-se por ler o aviso publicado no Diário da República nº 251, III Série, de 29 de Outubro do ano findo._____

_____De seguida o Senhor Presidente apresentou a lista da qual constam doze concorrentes, a qual foi lida em voz alta e é a seguinte:_____

_____Obrecol - Obras e Construções, S.A., com sede em Lisboa;_____

_____Tricivil - Empreiteiros de Obras Públicas e Construção Civil, Ld^a., com sede em Grijó;_____

_____João Salvador, Ld^a., com sede em Tomar;_____

_____Vidal, Pereira e Gomes, Ld^a., com sede em Cantanhede;_____

_____Construtora San José, com sede em Coimbra;_____

_____Joponte Construções, Ld^a. e António Cristiano do Rosário, Ld^a., com sede em Pombal;_____

_____A. Baptista de Almeida, Ld^a., com sede em Coimbra;_____

_____Sticla - Sociedade Técnica e Industrial de Construções, Ld^a., com sede na Figueira da Foz;_____

_____Socoliro - Construções, S.A., com sede em Fátima;_____

_____Lourenço, Simões & Reis, Ld^a., com sede em Lisboa;_____

_____Costa & Carvalho, Ld^a., com sede em Alcobaça;_____

_____Nova Construtora de Coimbra, Ld^a. e MT - Instalações Eléctricas, Águas e Saneamento, com sede em Coimbra._____

_____Não houve qualquer reclamação a que se refere o número um do artigo octogésimo terceiro do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro._____

_____Procedeu-se, acto contínuo, à abertura dos invólucros exteriores, pela ordem constante da lista atrás referida. Verificou-se então que os mesmos continham dentro dois invólucros interiores, um destinado aos documentos e outro à proposta._____

_____Pela mesma ordem foram de seguida abertos os invólucros contendo exteriormente a indicação de documentos, os quais foram rubricados pelo Presidente e por outro membro da Câmara._____

_____De seguida a Câmara reuniu em sessão secreta, verificou os documentos apresentados pelos concorrentes e deliberou sobre a habilitação dos mesmos._____

_____Tornada, de novo pública a reunião, o Senhor Presidente da Câmara informou que foram apreciados os documentos apresentados pelos concorrentes e que a Câmara, em face dos mesmos, deliberou, por unanimidade, admiti-los todos._____

_____Terminado o prazo a que se refere o número quatro do artigo octogésimo sétimo do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro, não foram apresentadas quaisquer reclamações._____

_____Procedeu-se em seguida à abertura dos invólucros que continham as propostas dos concorrentes, as quais foram rubricadas pelo Senhor Presidente e outro membro da Câmara.

_____Obrecol - Obras e Construções, S.A., com a proposta no valor de 259.038.235\$00;_____

_____Tricivil - Empreiteiros de Obras Públicas e Construção Civil, Ld^a., com a proposta no valor de 271.337.868\$00;_____

_____João Salvador, Ld^a., com a proposta no valor de 273.324.574\$00;_____

_____Vidal, Pereira e Gomes, Ld^a., com a proposta no valor de 269.384.349\$00;_____

_____Construtora San José, com a proposta no valor de 265.408.152\$00;_____

_____Joponte Construções, Ld^a. e António Cristiano do Rosário, Ld^a., com a proposta no valor de 225.562.369\$00;_____

_____A. Baptista de Almeida, Ld^a., com a proposta no valor de 253.826.159\$00;_____

_____Sticla - Sociedade Técnica e Industrial de Construções, Ld^a., com a proposta no valor de 256.900.000\$00;_____

_____Socoliro - Construções, S.A., com a proposta no valor de 228.564.865\$00;_____

_____Lourenço, Simões & Reis, Ld^a., com a proposta no valor de 258.328.919\$00;_____

_____Costa & Carvalho, Ld^a., com a proposta no valor de 268.805.610\$00;_____

_____Nova Construtora de Coimbra, Ld^a. e MT - Instalações Eléctricas, Águas e Saneamento, com a proposta no valor de 234.900.190\$00._____

_____Nestes montantes não se encontra incluído o IVA._____

_____De seguida a Câmara em reunião secreta, procedeu ao exame formal das propostas._____

_____Tornada, de novo, pública a reunião, o Senhor Presidente informou que todas as propostas foram admitidas._____

_____Expirado o prazo de dez minutos, a que se refere o número três do artigo nonagésimo do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro, sobre a admissão das propostas, foi apresentada uma reclamação da Firma concorrente Socoliro - Construções, S.A., com sede em Fátima, do seguinte teor:_____

_____”Eu, Arménio Paulo Santos Reis representante da Socoliro - Construções, S.A. como atesta credencial apresenta pede a exclusão de todos os concorrentes que não apresente decumento em separado dos trabalhos especializados a realizar pelas 2º - 4º Subcategorias da 1º Categoria e 5º e 9º Subcategorias da 4º Categoria conforme pedido no ponto 14.2 alíne h do Caderno de Encargos.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a reclamação e remeter o processo à Divisão de Obras Públicas, para efeitos de apreciação e informação._____

**Construção, Ampliação e Beneficiação de
Cemitérios (Cemitério do Travasso) - Procº
nº 58/97 - Abertura de Propostas.**

_____O Senhor Presidente deu início ao acto público do concurso da empreitada mencionada em epígrafe, cujo prazo expirou em 29 de Dezembro, último. Tratando-se de um concurso limitado começou-se por ler o ofício-convite enviado a diversas Firms convidadas.____

_____De seguida o Senhor Presidente apresentou a lista da qual constam sete concorrentes, a qual foi lida em voz alta e é a seguinte:_____

_____Soteol, Sociedade de Terraplanagens do Oeste, Lda., com sede em Moita do Boi - Lourical;_____

_____Surbeobra - Sociedade de Urbanizações e Obras, Lda., com sede em Pombal;_____

_____Construções Manuel & Lino, Lda., com sede em Vale da Cruz - Carnide;_____

_____Joponte Construções, Lda., com sede em Pombal;_____

_____Adelino Brito Pimenta, com sede em Ranha de Baixo - Pombal;_____

_____Fernando dos Santos José, Lda., com sede em Pombal;_____

_____Rodrigues & Irmãos, Lda., com sede em Lameiros - Vila Cã._____

_____Não houve qualquer reclamação a que se refere o número um do artigo octogésimo terceiro do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro._____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____Procedeu-se, acto contínuo, à abertura dos invólucros exteriores, pela ordem constante da lista atrás referida. Verificou-se então que os mesmos continham dentro dois invólucros interiores, um destinado aos documentos e outro à proposta._____

_____Pela mesma ordem foram de seguida abertos os invólucros contendo exteriormente a indicação de documentos, os quais foram rubricados pelo Presidente e por outro membro da Câmara._____

_____De seguida a Câmara reuniu em sessão secreta, verificou os documentos apresentados pelos concorrentes e deliberou sobre a habilitação dos mesmos._____

_____Tornada, de novo pública a reunião, o Senhor Presidente da Câmara informou que foram apreciados os documentos apresentados pelos concorrentes e que a Câmara, em face dos mesmos, deliberou, por unanimidade, admiti-los todos._____

_____Terminado o prazo a que se refere o número quatro do artigo octogésimo sétimo do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro, não foram apresentadas quaisquer reclamações._____

_____Procedeu-se em seguida à abertura dos invólucros que continham as propostas dos concorrentes, as quais foram rubricadas pelo Senhor Presidente e outro membro da Câmara.

_____Soteol, Sociedade de Terraplanagens do Oeste, Ld^a., com a proposta no valor de 7.581.970\$00;_____

_____Surbeobra - Sociedade de Urbanizações e Obras, Ld^a., com a proposta no valor de 6.970.500\$00;_____

_____Construções Manuel & Lino, Ld^a., com a proposta no valor de 7.200.000\$00;_____

_____Joponte Construções, Ld^a., com a proposta no valor de 6.439.920\$00;_____

_____Adelino Brito Pimenta, com a proposta no valor de 4.950.000\$00;_____

_____Fernando dos Santos José, Ld^a., com a proposta no valor de 10.525.000\$00;_____

_____Rodrigues & Irmãos, Ld^a., com a proposta no valor de 5.356.600\$00._____

_____Nestes montantes não se encontra incluído o IVA._____

_____De seguida a Câmara em reunião secreta, procedeu ao exame formal das propostas._____

_____Tornada, de novo, pública a reunião, o Senhor Presidente informou que todas as propostas foram admitidas._____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____Expirado o prazo de dez minutos, a que se refere o número três do artigo nonagésimo do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro, sobre a admissão das propostas, não foi apresentada qualquer reclamação._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade e por minuta, remeter o processo à Divisão de Obras Públicas, para efeitos de apreciação e informação._____

**Ampliação das Redes de Saneamento
(Desvio de Águas Pluviais sob a E.N. 1 junto
à Fábrica da Sumol para o Rio Arunca -
Procº nº 57/97 -
Adjudicação._____**

_____ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve:_____

_____”1 - Para os devidos efeitos informo Vª. Exª. que apresentaram proposta, para a realização da obra mencionada em epígrafe, prevista no Plano de Actividades sob o código 06.01.14 e no Orçamento sob a rubrica 09.09.04.02, as seguintes firmas nas condições abaixo indicadas:_____

—

_____1.1 - Delfim de Jesus Martins & Irmão, Lda., com sede em Abiul - Pombal, com a proposta no valor de 2.789.728\$00, mais IVA e com o prazo de execução de 15 dias;_____

_____1.2 - Cimalha - Construções da Batalha, Lda., com sede em Batalha, com a proposta no valor de 3.397.635\$00, mais IVA e com o prazo de execução de 15 dias. Esta Firma apresenta, ainda, uma proposta variante, no que respeita apenas ao assentamento de manilhas, no valor de 2.749.635\$00 mais IVA e com o mesmo prazo de execução;_____

_____1.3- José Marques Grácio, Lda., com sede em Cabaços - Alvaiázere, com a proposta no valor de 9.319.060\$00, mais IVA e com o prazo de execução de 15 dias;_____

_____1.4 - Joaquim Rodrigues da Silva & Filhos, Lda., com sede em Milhariças - Pombal, com a proposta no valor de 2.896.186\$50, mais IVA e com o prazo de execução de 15 dias;_____

_____2 - Tratando-se de um ajuste directo com base na al.) f, do nº 2 do artº 52º do Dec-Lei 405/93, de 10 de Dezembro, com a nova redacção introduzida pelo Dec-Lei 101/95, de 19 de Maio, propõe-se a adjudicação da empreitada à Firma Delfim de Jesus Martins & Irmão, Lda., com sede em Abiul - Pombal, com a proposta no valor de 2.789.728\$00, mais IVA e com o prazo de execução de 15 dias, por ser a mais vantajosa.”_____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada mencionada em epígrafe à Firma Delfim de Jesus Martins & Irmão, Lda., com sede em Abiul - Pombal, pelo preço de 2.789.728\$00, mais IVA, valor da sua proposta._____

Pavimentação Arruamentos no Concelho de Pombal (Nas Freguesias de Pombal, Pelariga, Guia e Ilha) - Procº nº 17/96 - Trabalhos a mais._____

_____ Foi presente à reunião, uma informação do Sector de Viação, que a seguir se transcreve:_____

_____”Tendo sido adjudicada a obra mencionada em epígrafe à Firma José França Marques da Rosa & Irmãos, Ldª., pelo valor de 199.766.641\$00 e havendo alguns trabalhos, nas Freguesias de Guia e Ilha, cujas quantidades não foram incluídas no contrato, se destinam à realização da mesma empreitada e se tornaram necessários dado que é tecnicamente e economicamente desaconselhável a sua execução posteriormente, propomos que esses trabalhos sejam efectuados e pagos como trabalhos a mais, no valor de 21.398.977\$00, mais IVA, o que totaliza a quantia de 22.468.926\$00, de acordo com o mapa anexo.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais no valor de 21.398.977\$00, mais IVA, o que totaliza a quantia de 22.468.926\$00, bem como a minuta do contrato adicional a celebrar com o empreiteiro da obra._____

Alargamento e Beneficiação/Pombal e E.N. 1.6 (Casa Branca) - Procº nº 23/97 - Trabalhos a mais._____

_____ Foi presente à reunião, uma informação do Sector de Viação, que a seguir se transcreve:_____

_____”Tendo sido adjudicada a obra mencionada em epígrafe à Firma Sociedade de Construções Júlio Lopes, Ldª., com sede em Barco - Pombal, e não estando previsto em projecto a regularização e recarga com tout-venant do empedrado existente pelo facto de se prever que a asfaltagem se iria executar pouco tempo depois do empedrado.”_____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____Atendendo a que nesse curto espaço de tempo que mediou o empedramento e a asfaltagem, o pavimento sofreu grandes deformações quer porque se tinha acabado de pôr a rede de esgotos, quer por o excesso de trânsito pesado que ali circulou com grandes cargas para os aterros das obras da CP._____

_____ Pelos factos atrás apontados e a fim de dar um melhor desempenho à faixa de rodagem foram colocadas mais 474,6 toneladas de massas asfálticas do que se previa para a camada de 0,06m de espessura, ficando o pavimento com uma espessura média de 0,072m, obrigando assim a um aumento do custo da empreitada em 2.271.427\$00, mais IVA, o que totaliza a quantia de 2.384.998\$00.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais no valor de 2.271.427\$00, mais IVA, o que totaliza a quantia de 2.384.998\$00, bem como a minuta do contrato adicional a celebrar com o empreiteiro da obra. _____

Construção do Mercado de Almagreira - Procº nº 25/97 - Trabalhos a mais._____

_____ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve: _____

_____ ”1 - Relativamente à obra referida em epígrafe informamos V. Exª. que após reunião tida entre a Firma adjudicatária e estes serviços técnicos, conclui-se que para uma correcta implantação do edifício teria que se elevar a cota do piso do mesmo. _____

_____ 2 - Foi, ainda, detectado um erro nas quantidades de trabalho patenteadas a concurso, nomeadamente, no Cap. V - “Cobertura”. Aqui estava prevista a quantidade 66 m2, quando, na realidade foram medidos 336 m2, o que perfaz uma diferença de 270 m2. _____

_____ 3 - Considerando o atrás exposto, solicitamos a aprovação dos trabalhos a mais, devidamente discriminados em mapa anexo, no valor total de 2.797.508\$00 mais IVA e que são imprescindíveis para a viabilidade da obra e da sua futura utilização.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais no valor de 2.797.508\$00, mais IVA, bem como a minuta do contrato adicional a celebrar com o empreiteiro da obra. _____

Acta nº. 1 de 98.01.09

Ampliação e Beneficiação do Mercado de Pombal - Procº nº 03/97 - Recepção provisória._____

_____ Em face do auto de recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente. _____

Caminho Charneca/Salgueiro (3ª. Fase) - Procº. nº. 31/94 - Auto de Vistoria para efeitos de extinção de caução._____

_____ Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º do Dec-Lei nº. 405/93, de 31 de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte: _____

_____ ”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução”. _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção da caução, de harmonia com o auto de vistoria. _____

Reparação e Beneficiação de Escolas Pré-Primárias (Ampliação do Jardim de Infância do Lourical) - Procº. nº. 45/95 - Auto de Vistoria para efeitos de extinção de caução.____

_____ Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º do Dec-Lei nº. 405/93, de 31 de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte: _____

_____ ”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução”. _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção da caução, de harmonia com o auto de vistoria. _____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____ Nesta altura ausentou-se da sala de reuniões o Senhor Presidente, tendo assumido a Presidência a Senhora Vereador Dr^a Maria Ofélia Moleiro. _____

**Loteamento Urbano de António dos Santos
Fragoso/Pedido de averbamento.**_____

_____ Foi presente à reunião um requerimento da Firma Meirisil - Sociedade de Construções, Ld^a, com sede em Meirinhas, em que solicita seja averbado para seu nome o processo de loteamento nº 2/91, que se encontra em nome de António dos Santos Fragoso. _____

_____ Em face da informação constante do processo a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido. _____

_____ Nesta altura regressou à sala de reuniões o Senhor Presidente da Câmara, que reassumiu a Presidência. _____

**Concurso Público de Selecção de
Adquirentes dos Lotes 31 a 37 do Bairro
Social dos Caseirinhos.**_____

_____ Foi presente à reunião uma informação da Técnica Superior de Serviço Social, que a seguir se transcreve: _____

_____ ”De acordo com o Programa de Concurso, ponto 13, a lista provisória de candidatos deveria ser elaborada no prazo de 30 dias após término do prazo de abertura do concurso. _____

_____ Os concorrentes têm 10 dias para apresentar reclamação à Câmara, após a afixação das listas. _____

_____ Terminado o prazo de reclamações e a sua apreciação, será elaborada a lista definitiva a submeter à homologação da Câmara Municipal a qual fixará ao mesmo tempo a data da realização da hasta pública.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder de harmonia com a informação acima transcrita. _____

_____ Nesta altura ausentou-se da sala de reuniões o Senhor Presidente, tendo assumido a Presidência a Senhora Vereador Dr^a Maria Ofélia Moleiro. _____

Licenciamento de Obras Particulares/ Aprovação de Architecturas. _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes projectos de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares: _____

_____ De Socer - Imobiliária Investimentos, S.A., com sede em Lisboa, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de uma unidade industrial ao km 1 da E.N. 237-1, em Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 1216/RC/96. _____

_____ Nesta altura regressou à sala de reuniões o Senhor Presidente da Câmara, que reassumiu a Presidência. _____

_____ De Distripombal - Supermercados, S.A., com sede na Várzea - Pombal, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um telheiro, no referido local, a que se refere o processo de obras nº. 1630/RC/97. _____

_____ Nesta altura ausentou-se da sala de reuniões o Vereador Senhor Luís Diogo Mateus. _____

_____ De Acurede - Associação de Promoção Social, CRO, com sede em Guia, deste Concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um imóvel destinado a um infantário, na referida sede de Freguesia, a que se refere o processo de obras nº. 419/RC/96. _____

_____ De Silvia Marques Francisco, residente no lugar de Fontinha, freguesia de Pelariga, deste Concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de uma moradia unifamiliar, em Flandres - Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 1783/RC/97. _____

_____De David da Silva Mendes, residente no lugar de Caseirinhos, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1658/RC/97. _____

Licenciamento de Obras Particulares/ Concessão de Licenças._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir os seguintes requerimentos, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares: _____

_____De Idalina Gameiro Henriques Macedo, residente na Rua Dr. António José Teixeira, nesta Cidade, em que solicita licença para proceder à ampliação e reconstrução de um edifício misto, na Rua Dr. Custódio Freire, em Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 969/RC/97. _____

_____De J. Humbelino Silva Monteiro, Lda., com sede em Meirinhas, concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à ampliação de dois pavilhões e um coberto (novo licenciamento), no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1371/RC/92. _____

_____De Sumolis - Companhia Industrial de Frutas Bebidas, com sede na Zona Industrial da Formiga, em Pombal, em que solicita licença para proceder à ampliação das suas instalações (novo licenciamento), sitas na referida Zona Industrial, a que se refere o processo de obras nº. 1688/RC/97. _____

_____De Manuel Gonçalves Domingues, residente no lugar de Mouriscas, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de um imóvel destinado a armazém, no lugar de Marco do Distrito, freguesia da Redinha, deste Concelho, a que se refere o processo de obras nº. 1654/RC/97. _____

_____De Paulo Rui Mota Ferreira Mendes, residente no lugar de Outeiro da Ranha, freguesia de Vermoil, deste Concelho, em que solicita licença para proceder à construção de um imóvel destinado a comércio, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1793/RC/95. _____

_____ De Maria de Fátima Natário Luís, residente no lugar de Pousios, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 809/RC/97. _____

**Licenciamento de Obras Particulares/
Intenções de Indeferimento.**_____

_____ 1 - Foi presente à reunião o processo de obras nº. 1174/RC/97, em nome de Diamantino Gameiro Domingues, residente na Urbanização D. Inês, lote G42, em Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de um terraço em alumínio, no 1º andar do prédio com o número de polícia 62, que possui na Rua Conde Castelo Melhor, nesta Cidade. _____

_____ Junto encontra-se um ofício do Instituto Português do Património Arquitectónico, que a seguir se transcreve: _____

_____ ”Assunto: Construção de terraço em alumínio na Rua Conde Castelo Melhor, nº. 62-1º, em Pombal _____

_____ Por despacho superior de 2.12.97, comunica-se a V. Exª que não foi aprovado o processo referenciado em epígrafe, de acordo com o parecer de que se junta fotocópia.” _____

_____ Em anexo encontra-se o parecer desfavorável referido no ofício acima transcrito.

_____ Exarada no mesmo ofício encontra-se uma informação dos Serviços, que também se transcreve: _____

_____ ”Será de indeferir a pretensão com base neste parecer e consequentemente com base no Dec-Lei 445/91 de 20 de Novº., artº. 63-1-b).” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de 10 dias, para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer. _____

_____ 2 - Foi presente à reunião o processo de obras nº. 882/RC/97, em nome de Manuel Gonçalves, residente no lugar de Aduguete - Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de um Stand de Automóveis ao km 140,150 da E.N.1 (IC2) - Outeiro da Ranha - Vermoil. _____

_____ Junto encontra-se um ofício da Direcção de Estradas de Leiria, que a seguir se transcreve: _____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____ ”Assunto: Construção de um Stand _____
_____ Local: E.N.1 (IC2) - km 140,150 _____
_____ Processo: 828/97 _____
_____ Requerente: _____ Manuel
Gonçalves _____

_____ Em referência ao ofício nº 15575, de 97-11-17 - 7697/97/DOPA, informo V. Ex^a que a pretensão é indeferida por contrariar a alínea b) do Artº 5º do Decreto-Lei 13/94, de 15 de Janeiro.” _____

_____ Exarada no mesmo ofício encontra-se uma informação dos Serviços, que também se transcreve: _____

_____ ”O pedido deverá ser indeferido de acordo com o parecer acima desfavorável e com base no Dec-Lei 445/91 de 20 de Novº., artº. 63-1-b).” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de 10 dias, para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer. _____

_____ 3 - Foi presente à reunião o processo de obras nº. 1388/RC/97, em nome de Manuel dos Santos Vicente e Daniel dos Santos Vicente, residentes no lugar de Silveirinha Grande, freguesia do Carriço, concelho de Pombal, em que solicitam licença para proceder à construção de um imóvel destinado a armazém, no referido lugar. _____

_____ Junto encontra-se um ofício da Direcção de Estradas de Leiria, que a seguir se transcreve: _____

_____ ”Assunto: Construção de um armazém _____
_____ Local: E.N.109 - km 136,150 _____
_____ Processo: 761/97 _____
_____ Requerente: Manuel dos Santos Vicente e Outro _____

_____ Em referência ao ofício nº 13921, de 97-10-14 - 6789/97/DOPA, informo V. Ex^a que a pretensão é indeferida por contrariar a alínea e) do nº 1 do Artº 8º do Decreto-Lei 13/71, de 23 de Janeiro.” _____

_____ Exarada no mesmo ofício encontra-se uma informação dos Serviços, que também se transcreve: _____

_____”De acordo com a informação desfavorável acima da JAE, deverá o processo ser indeferido e com base no Dec-Lei 445/91 de 20 de Novº., artº. 63-1-b).” _____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar os requerentes da intenção de indeferimento e conceder-lhes o prazo de 10 dias, para dizerem, por escrito, o que se lhes oferecer. _____

Pedido de demolição de um prédio._____

_____Foi presente à reunião um requerimento de Fernanda Nogueira Lopes e Manuel Jorge Rodrigues Martins, residentes no lugar de Quinta do Bispo, freguesia de Abiul, deste Concelho, em que solicitam licença para proceder à demolição de um prédio que se encontra em ruínas, no referido lugar. _____

_____Junto encontra-se um auto de vistoria em que os peritos emitiram o seguinte parecer: _____

_____”... Não se vê inconveniente em que seja concedida a licença de demolição requerida...” _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido. _____

Pedidos de informação prévia._____

_____1. Foi presente à reunião um requerimento da Firma Figkart - Exploração de Kartódromos, Lda, com sede no lugar de Mendes, freguesia de Carnide, deste Concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um kartódromo, no lugar de Vale de Cubas, freguesia e concelho de Pombal. _____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____”De acordo com o PDM em vigor o local situa-se em “Espaço Florestal”. _____

_____1) Como tal e de acordo com o PDM no seu artº 42º- 4 - a) e atendendo a que o requerente declara que o terreno possui 6,7 Ha, a área bruta de pavimentos não poderia ultrapassar $6,7 \text{ Ha} \times 0,025 = 1675 \text{ m}^2$._____

_____2) Ora o requerente apresenta cerca de 2500 m² de edifícios de apoio e cerca de 1100 m² de arruamentos pavimentados com a execução da pista._____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____3) Em relação ao artº 42º- 4 - h) a Área Global - Edifícios, arruamentos, etc., não poderia ultrapassar $6,7 \text{ Ha} \times 0,05 = 3350 \text{ m}^2$, sendo que a que o requerente propõe é de aproximadamente $11000 + 2500 = 13500 \text{ m}^2$._____

_____Assim sendo o pedido não cumpre com os parâmetros do artº 42º do PDM, nomeadamente nos seus pontos 4 - a); b); h), pelo que deverá ser indeferido com base no Dec-Lei 445/91, de 20 NOV. - artº 63º - 1 - a).”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer.____

_____2. Foi de novo presente à reunião o processo respeitante a um pedido de informação prévia em nome de João Paulo Santos Vieira, residente no lugar de Carrinhos, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia, no lugar de Vale Coimbra, da mesma freguesia e concelho, tendo a Câmara deliberado, na sua reunião de 7 de Novembro, do ano findo, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito, o que se lhe oferecesse, o que não fez._____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:_____

_____”Não tendo havido qualquer reclamação no prazo dos 10 dias, mantém-se a informação desfavorável de 97/10/29.”_____

_____A Câmara, em face das informações da Divisão de Obras Particulares, deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido._____

Aquisição de prédio à Família Monteiro, sito em Pombal._____

_____ Foi presente à reunião uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve:_____

_____ "Dado que é necessário formalizar a aquisição dos terrenos pertencentes à família Monteiro, sitos na Formiga - Pombal, ocupados com a construção de ligação da Estrada Nacional 237 ao Terminal Rodoviário e ao Centro Cívico de Pombal, e após a impossibilidade de chegar a um acordo com os proprietários para negociar estes pela quantia de 27.255.500\$00, proponho à Câmara que na sequência do acordo já formalizado, se adquiram os prédios rústicos aos proprietários nas condições a seguir mencionadas._____

_____ 1 - O valor acordado foi de 32.000.000\$00 (trinta e dois milhões de escudos)._____

_____ 2 - Esta proposta deverá ser presente à Assembleia Municipal nos termos da alínea i) do nº 2 do artigo 39º do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março com a nova redacção da Lei nº 18/91, de 12 de Junho._____

_____ Mais proponho que me sejam conferidos os poderes necessários para assinar as respectivas escrituras."_____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita._____

Pagamento de Despesas Orçamentadas - Autorização da Câmara._____

_____ Pelo Senhor Presidente foi apresentada a proposta que a seguir se transcreve:_____

_____ "PROPOSTA_____

_____ Assunto: Pagamento de despesas orçamentadas - autorização da Câmara._____

_____ 1 - Atendendo a que determinados pagamentos de satisfação periódica e obrigatória não devem depender de constantes autorizações camarárias, proponho que a Câmara Municipal autorize o Presidente da Câmara ou a quem legalmente o substituir, a efectuar durante o ano corrente e independentemente de outra deliberação, o pagamento das seguintes despesas:_____

_____ Vencimentos de pessoal;_____

_____ Remuneração do Presidente da Câmara e dos Vereadores em regime de permanência, bem como os subsídios extraordinários de Junho e de Novembro;_____

_____ Abono para falhas ao tesoureiro, leitores cobradores de consumo e aferidor de pesos e medidas;_____

_____ Prestações familiares e prestações

complementares;_____

_____Subsídio de férias e de Natal;_____

_____Abono de horas extraordinárias, ajudas de custo e de transporte;_____

_____Emolumentos notariais e custas de execuções fiscais;_____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____Senhas de presença dos Vereadores e Membros da Assembleia Municipal;_____

_____Encargos com a ADSE aos funcionários;_____

_____Encargos com a assistência aos funcionários à ADSE;_____

_____Empréstimos e respectivos encargos;_____

_____Telefones, Telex, Fax, Videotex e respectivas taxas de assinaturas;_____

_____Portes de correio;_____

_____Aquisição _____ de combustíveis;_____

_____Operações de Tesouraria;_____

_____Prémios de Seguros;_____

_____Compensação à Caixa Geral de Aposentações pelo encargo mensal na Aposentação dos funcionários municipais;_____

_____Contribuição para o financiamento dos sistemas de aposentação;_____

_____Despesas com o funcionamento e manutenção do GAT;_____

_____Assinatura de legislação, jornais, revistas, outras publicações de interesse para o Município e Diário da República;_____

_____Pagamento aos empreiteiros pela execução de obras municipais, de harmonia com os respectivos contratos e mediante autos e cálculos de revisão de preços devidamente assinados;_____

_____Pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços de acordo com os respectivos contratos;_____

_____Encargos com transportes escolares;_____

_____Encargos financeiros assumidos relativos a anos anteriores, sempre que reconheça que a razão do não pagamento em tempo oportuno não seja imputável aos credores;_____

_____Constituição ao abrigo do Artigo trigésimo do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, barra, oitenta e três, de vinte e um de Julho, de um fundo permanente a favor do Chefe de Secção, José Duarte Lopes Leal, até ao montante de duzentos mil escudos, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis. Este fundo permanente será reposto até ao dia trinta e um de Dezembro do ano em curso._____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____2 - Mais proponho que esta proposta seja aprovada por minuta, para efeitos de execução imediata."_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente._____

_____Nesta altura regressou à sala de reuniões o Vereador Senhor Luís Diogo Mateus._____

**Fundo Permanente para despesas de
manutenção com o autocarro desta
Autarquia.**_____

_____Foi presente à reunião uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve:_____

_____”1 - O autocarro adquirido pela Autarquia está ao serviço das várias instituições escolares, culturais, desportivas e sociais do Concelho de Pombal._____

_____2 - Contudo, não é só no espaço territorial do Concelho que a aludida viatura faz viagens._____

_____3 - Muitas vezes desloca-se para fora do Concelho, a distâncias consideráveis, pelo que é necessário reabastecê-la de combustível e prover a alimentação do motorista._____

_____4 - Pelo exposto e para os efeitos convenientes anteriormente referidos, proponho que seja instituído um fundo de maneio no valor de 100.000\$00 (cem mil escudos) a favor do motorista deste autocarro, Sr. Ernesto Gonçalves. _____

_____5 - Mais proponho que, se a Câmara achar por bem aprovar a presente proposta, a mesma aprovação seja feita por minuta para efeitos imediatos.” _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente. _____

Delegação de Competências. _____

_____Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: _____

_____ "PROPOSTA _____

_____ Assunto: Delegação de Competências. _____

_____ O nº. 1, do artigo 52º. do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, com a

redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 18/91, de 12 de Junho, estabelece que a Câmara pode delegar no Presidente a sua competência, salvo quanto às matérias previstas nas alíneas f), g), h) e i) do nº. 1, nas alíneas a), b) e d) do nº. 2, no nº. 3 e nas alíneas a) e b) do nº. 4 do artigo 51º do mesmo Diploma.

Nestes termos proponho Câmara que delegue no Presidente a sua competência quanto às matérias previstas no artigo 52º. do Decreto-Lei acima referido:

- Para preparar e manter actualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do Município, a que se refere a alínea c) do nº. 1;

- Para adquirir os bens móveis necessários ao funcionamento regular dos serviços e alienar os que se tornem dispensáveis a que se refere a alínea d) do nº. 1;

- Para conceder licenças e aprovar projectos de obras particulares nos termos da Lei, a que se refere a alínea c) do nº. 2, com excepção das que se implantem dentro do perímetro urbano da Cidade de Pombal ou respeitantes a estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços;

- Para conceder licenças de obras de simples conservação, limpeza e reparação de edifícios dentro do perímetro urbano da Cidade de Pombal e obras em sepulturas e jazigos nos cemitérios municipais;

- Para conceder alvarás de licença para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, a que se refere a alínea e) do nº. 2, e efectuar os necessários averbamentos;

- Para estabelecer a numeração dos edifícios a que se refere a alínea g) do nº. 4;

- Para, ao abrigo da alínea i) do nº. 4 conceder licenças para destruição de revestimento vegetal e emitir os pareceres a que se refere o Decreto-Lei nº. 139/89, de 28 de Abril.

Proponho ainda que:

Considerando que a existência do Plano de Pormenor da Cidade é uma realidade com crescente importância (P.P. do Casarelo encontra-se na fase final de aprovação; P.P. da Várzea encontra-se em vigor; P.P. da Zona Antiga foi entregue para execução à Universidade Lusíada);

Considerando que grande parte do perímetro urbano da Cidade está ordenado através de alvarás de loteamento existentes;

Considerando que, em qualquer um dos instrumentos de ordenamento atrás definidos, estão previstas, entre outras, as volumetrias, o número de pisos, os polígonos de

implantação, o uso e destino a conferir às fracções, as cérceas, os afastamentos às extremas, os estacionamento, os espaços verdes e as vias de acesso pedonal e rodoviário;_____

_____Considerando a existência do PDM, onde se prevê, no Artº. 4º, as mais importantes definições para o licenciamento das obras particulares;_____

_____Considerando o número de processos de obras particulares que são submetidos, semanalmente, à apreciação da Câmara;_____

_____A Câmara delegue no seu Presidente competências, nos termos do Artº. 52º do Dec-Lei acima referido,_____

_____Para conceder licenças e aprovar projectos de obras particulares nos termos da Lei, a que se refere a alínea c) do nº. 2, com excepção:_____

_____a) Indústrias_____

_____b) Comércio e serviços, fora das áreas abrangidas por plano de pormenor eficaz ou alvarás de loteamento;_____

_____c) Além das construções previstas nas alíneas a) e b), qualquer construção que se implante dentro do perímetro urbano da cidade, em áreas não abrangidas por P.P. eficazes ou alvarás de loteamento._____

_____Para autorizar pedidos de averbamento de nomes de novos proprietários em processos de pedido de licenças de obras, nos termos da mesma Lei._____

_____Para certificar que os pedidos de constituição de propriedade horizontal, reúnem as condições exigidas para a sua constituição._____

_____Mais proponho que esta proposta seja aprovada por minuta para efeitos imediatos."_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente._____

Recintos Itinerantes ou Improvisados de Espectáculos e Divertimentos Públicos e Realização Acidental de Espectáculos Artísticos em Recintos (Artºs. 20º, 21º e 22º do D.L. 315/95, de 28 de Novembro)._____

_____Foi presente à reunião, uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve:_____

_____”1 - O Dec-Lei nº. 315/95, de 28 de Novembro, confere ao Presidente da Câmara competência para licenciar o funcionamento de recintos itinerantes ou improvisados de espectáculos e divertimentos públicos._____

_____2 - O mesmo diploma confere à Câmara competência para conceder licença accidental de recinto para espectáculos de natureza artística._____

_____3 - Dado que pode haver necessidade de efectuar vistoria ao recinto para onde é pedida a licença proponho que seja encarregada de realizar a vistoria a Comissão nomeada para as vistorias relativas à concessão das licenças de utilização de edifícios e que, havendo ou não vistoria, o Chefe da DOPA emita parecer sobre o licenciamento requerido._____

_____4 - Mais proponho que me seja delegada a competência conferida à Câmara pelo nº. 2 do artigo 22º do diploma acima referido.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita._____

Horários de estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços - Delegação de Competências._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, com fundamento no nº 1 do artigo 52º do Decreto-Lei nº 10/84, de 29 de Março, com a redacção dada pela Lei nº 18/91, de 12 de Junho, delegar no Presidente da Câmara a competência conferida à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de Maio, para aprovar horários de abertura de estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços._____

Acta nº. 1 de 98.01.09

Jogos Lícitos - Pareceres._____

_____Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:_____

_____”PROPOSTA_____

_____Nos termos do nº. 1 do artº. 1º. da Lei nº. 2/87, de 8 de Janeiro, compete às Câmaras Municipais a emissão de parecer prévio para a concessão e renovação de autorização para jogos de perícia, de máquinas de diversão e outras._____

_____Propõe-se no entanto que para uma maior celeridade dos processos respectivos, a Câmara Municipal, nos termos do nº. 1 do artº. 52º. do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março delegue essa competência no Presidente da Câmara.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar a proposta do

Senhor
Presidente. _____

Outros assuntos não incluídos na Ordem do Dia. _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 19º. do Código do Procedimento Administrativo, apreciar e submeter a votação os seguintes assuntos:_____

Pedido de certidão sobre a viabilidade de instalação de uma sala de jogos._____

_____Foi presente à reunião um requerimento da Firma Rualmaquina - Jogos e Diversões, Lda, com sede em Guístola, freguesia e concelho de Pombal, em que requer certidão sobre a viabilidade de instalação de uma sala de jogos na loja nº 10 do Centro Comercial, sito na Rua Capitão Cadete, na Vila do Lourçal, deste Concelho. _____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir
transcreve:_____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____”De acordo com o projecto aprovado e propriedade horizontal a Fracção M - loja 10 é destinada a comércio, achando assim não haver inconveniente na viabilidade requerida.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à instalação pretendida, de harmonia com a informação acima transcrita. _____

**Licenciamento de Obra Particular
/Aprovação de
Arquitectura.**_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar o seguinte projecto de arquitectura, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares:_____

_____De Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal, com sede na Av. Heróis do Ultramar, nesta Cidade, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um imóvel destinado a Quartel Sede, no Lote 23 da Urbanização Alberto Santiago, em Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 1624/RC/97._____

Atribuição de Bolsa de Estudo do Ensino Superior - Abertura de Concurso._____

_____Por proposta do Senhor Vereador Diogo Mateus, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de concurso para atribuição de Bolsa de Estudo do Ensino Superior, no período de 26 de Janeiro a 26 de Fevereiro._____

Reuniões Ordinárias._____

_____Foi presente à reunião uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve:_____

_____”De harmonia com o que se encontra estipulado nos nºs 1 e 2 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, e nº 2 do artigo 78º do mesmo Decreto-Lei, proponho à Câmara que as reuniões ordinárias se realizem semanalmente, às sextas-feiras, com início pelas 15 horas, e que a reunião pública mensal se realize na última reunião ordinária de cada mês, sendo a única aberta ao público em geral.”_____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Senhor Presidente e dos Vereadores Senhores Dra. Ofélia Moleiro, Diogo Mateus, Dr. Carlos Silva, Dr. João Coucelo e Dr. Joaquim Guardado e uma abstenção do Vereador Senhor Dr. Carlos Pires Lopes, aprovar a proposta do Senhor Presidente._____

_____Pelo Vereador Senhor Dr. Joaquim Guardado foi dito que, perante a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre a periodicidade, horário e funcionamento das reuniões camarárias, declaro que concordo com as alterações do horário para as sextas-feiras às 15 horas e com a abertura e intervenção dos assistentes na última reunião de cada mês._____

_____Contudo discordo, que as três primeiras reuniões do mês deixem de ser públicas. Era uma prática de há muitos anos, todas as reuniões camarárias serem públicas, com a presença de assistentes, sem que isso perturbasse o bom andamento e funcionamento dos trabalhos._____

_____A proposta apresentada contém uma atitude pouco democrática e transparente, pondo em causa um direito à participação das populações na gestão autárquica._____

_____A proposta contraria um clima de diálogo, que é sempre necessário, entre a população, comunicação social e poder instituído._____

_____Profundamente indignado pela proposta apresentada, declaro que sou contrário a que as primeiras três reuniões camarárias deixem de ser públicas._____

_____O Vereador Senhor Dr. João Coucelo afirmou que esta proposta está conforme o espírito da Lei das Autarquias Locais e que em nada afecta a transparência e o direito que o público tem de ser informado. As actas da Câmara são o único documento válido em termos do que se passa na Câmara, quer nas intervenções quer nas deliberações camarárias. Os munícipes podem consultar todas as actas e poderão continuar a assistir e participar na reunião pública mensal, a exemplo do que acontece na grande maioria das Autarquias._____

_____A dignidade do órgão executivo camarário e a sua legitimidade não tem que ser afectada por esta tomada de posição, que em tudo está conforme a Lei._____

_____O Senhor Presidente da Câmara disse que a transparência deverá ser a mesma, que os membros da Câmara são democratas, que quer esteja presente a comunicação social, quer haja público, quer seja em privado, a transparência será a mesma, porque a Câmara é livre de se pronunciar conforme entender, em relação aos assuntos da agenda._____

_____O Senhor Presidente, disse ainda que a Câmara não reúne para falar para o exterior a fim de obter protagonismo, mas para trabalhar em consciência, fazendo o melhor que sabe e pode, abordando e discutindo os assuntos previamente agendados._____

_____Disse, também que a transparência é uma palavra muito séria e que se deve ser transparente, tanto em privado como em público, porque a maneira de ser dos homens não se altera conforma as situações, nem conforme o desempenho das suas funções._____

Acta nº. 1 de 98.01.09

_____Terminou dizendo que a qualquer momento, esta tomada de posição pode ser alterada._____

_____Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião eram treze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que eu redigi, subscrevo e vai ser assinada. _____